

CMN limita financiamento para emitir títulos

Governadores e prefeitos terão mais dificuldade para pagar precatórios, pois medida proíbe bancos estaduais de dar créditos e instituições privadas de comprometer mais de 5% do patrimônio

ALBERTO FERNANDES
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA — Com o objetivo de impedir que Estados e municípios aumentem suas dívidas, o Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião ontem, limitou a capacidade de bancos estaduais e privados financiarem a emissão de novos títulos. As instituições privadas não poderão comprometer mais que 5% de seu patrimônio e os bancos estaduais estão proibidos de fazer financiamentos para novas emissões.

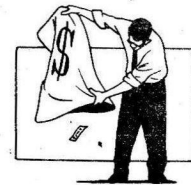
Na prática, a decisão do CMN significa que governadores e prefeitos terão mais dificuldade para financiar títulos. Hoje, o Senado só permite que Estados emitam títulos para pagar dívidas judiciais, os precatórios. Um dos mais afetados com o novo limite deverá ser São Paulo, que acumula um dos maiores volumes de dívidas com precatórios.

Prudência — Ao anunciar os limites, o diretor de Normas do Banco Central, Alkimar Moura, informou que a medida foi tomada para "restringir o endividamento de Estados e municípios". A declaração deixou constan-

gidos o presidente do BC, Gustavo Loyola, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que interromperam Alkimar. "A meta não é fiscal, mas prudencial", disse Loyola, assegurando que o governo está preocupado com a saúde dos bancos e não com os Estados e municípios. Parente garantiu que o objetivo da medida é preservar a saúde do sistema financeiro.

Loyola informou que os bancos oficiais federais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, não sofrerão as mesmas restrições. Ele negou que isso signifique uma brecha. Explicou que não há preocupação com esses bancos, pois já estão sob controle da União e não é necessário prever limites, apenas indicá-los como política do governo.

Até agora, não existia um limite específico para casos de dívidas estaduais ou municipais. Os financiamentos estavam previstos na regra geral para o sistema financeiro, que prevê que um banco não pode concentrar mais de 30% de seu patrimônio em operações com qualquer tomador, seja privado ou público.



**CAIXA E BB
NÃO SOFREM
AS MESMAS
RESTRIÇÕES**